



PARECER PRÉVIO Nº 48/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11278/2018.

Apensos: Processo nº 14366/2017 e 14387/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã.

4- Exercício: 2017.

5- Responsável: Neumice Reges Pinto (Prefeito Municipal).

6- Advogados: Ricardo Mendes Lasmar - OAB/AM 5933 e Rodrigo Mendes Lasmar – OAB/AM 12480.

7- Unidade Técnica: DICREA, DICOP e DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2422/2022-DIMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.

9- Relator: Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã. Exercício de 2017.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação das Contas da Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã, relativas ao exercício de 2017, de responsabilidade do **Sr. Aminadab Meira de Santana** - Prefeito Municipal no período de 01.01.2017 a 20.11.2017 - conforme fundamentado no Relatório e Voto, em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e do art. 40, inciso I, e art. 127, cabeça e parágrafos segundo e quarto, da Constituição do Estado do Amazonas;

10.2. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação das Contas da Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã, relativas ao exercício de 2017, de responsabilidade da **Sra. Neumice Reges Pinto** - Prefeita Municipal de Novo Aripuanã no período de 23.11.2017 a 31.12.2017 - conforme fundamentado no Relatório e Voto,



PARECER PRÉVIO Nº 48/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e do art. 40, inciso I, e art. 127, cabeça e parágrafos segundo e quarto, da Constituição do Estado do Amazonas.

- 11- **Ata:** 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 2 de agosto de 2022.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
- 14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 48/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 48/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11278/2018.

Apensos: Processo nº 14366/2017 e 14387/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã.

4- Exercício: 2017.

5- Responsável: Neumice Reges Pinto (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Ricardo Mendes Lasmar - OAB/AM 5933 e Rodrigo Mendes Lasmar - 12480.

7- Unidade Técnica: DICREA, DICOP e DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2422/2022-DIMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.

9- Relator: Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã. Exercício de 2017.

Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Determinar** à Sepleno que encaminhe este Parecer Prévio, após a sua devida publicação, acompanhado do Voto e de cópia integral deste Processo à Câmara Municipal de Novo Aripuanã, para que ela, exercendo a competência que lhe é fixada pelo art. 127 e parágrafos, da Constituição do Estado do Amazonas, realize o julgamento das referidas contas, observando, sobretudo, o seguinte (parágrafos quinto, sexto e sétimo do art. 127, da Constituição do Estado):

O julgamento das Contas da Prefeitura Municipal pela Câmara de Vereadores se dará no prazo de sessenta dias, após a publicação no Diário Oficial do Estado do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou, estando a Câmara em recesso, até o sexagésimo dia do início da sessão legislativa seguinte.

Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara Municipal, as contas juntamente com o parecer do Tribunal serão inclusas na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que ultime a votação.



ACÓRDÃO Nº 48/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 48/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

- 10.2. Determinar** à Secretaria de Controle Externo que, examinando as impropriedades consideradas não sanadas pela DICOP, DICAMI e Ministério Público de Contas, em atenção à competência prevista no art. 73-A, da Lei Complementar nº 101/2000, adote as providências cabíveis à autuação de processo apartado neste Tribunal de Contas para devida apuração.
- 10.3. Dar ciência** ao **Sr. Aminadab Meira de Santana**, por intermédio de seus patronos devidamente constituídos, sobre o *decisum* a ser exarado por esta Corte de Contas.
- 10.4. Dar ciência** à **Sra. Neumice Reges Pinto**, por intermédio de seus patronos devidamente constituídos, sobre o *decisum* a ser exarado por esta Corte de Contas.
- 11- Ata:** 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 2 de agosto de 2022.
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
- 14- Representante do Ministério Público:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral